usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **MARCELO OLIVA GALIZZI**, MASP 1.330.278-1, para o cargo de provimento em comissão DAD-4 PC1102263, de recrutamento limitado, da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **EDUARDO ROBERTO DE SOUZA**, MASP 1.061.027-7, para o cargo de provimento em comissão DAD-4 PC1102266, de recrutamento limitado, da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **nomeia**, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, **DAIANA SILVA CAETANO**, MASP 1.256.840-8, para o cargo de provimento em comissão DAD-6 PC1101007, de recrutamento amplo, da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **nomeia**, nos termos da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, e nº 6.499, de 4 de dezembro de 1974, **LETICIA RODRIGUES DE MOURA**, MASP 1.412.552-0, cargo efetivo de Investigador de Polícia I, código IP-I, nível I, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Administrativo, código ASAD, símbolo PC-03, de recrutamento limitado, da Gabinete da Chefia da Polícia Civil, lotado no quadro de cargos da Polícia Civil de Minas Gerais.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos

dispensa, usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos do art. 4º do Decreto nº 32.880, de 11 de setembro de 1991, com nova redação dada pelos Decretos nº 33.385, de 21 de fevereiro de 1992, e nº 41.032, de 5 de maio de 2000, e do art. 8º do Decreto nº 43.613, de 25 de setembro de 2003, a representante abaixo relacionada como membro junto ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CONEDH, a contar de 05/07/2024: Pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais: Suplente: DEPUTADA BELLA GONÇALVES.

Pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

nomeia, usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos do art. 5º da Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, e do art. 9º do Decreto nº 43.613, de 25 de setembro de 2003, os representantes abaixo relacionados como membros junto ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONPED: Pelo Poder Judiciário: TERESA CRISTINA DA CUNHA PEIXOTO, em substituição a MARIA INÊS RODRIGUES DE SOUZA, Titular, LUIZ ARTUR HILÁRIO, em substituição a DELVAN BARCELOS JÚNIOR, Suplente.

Pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

exonera, usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos do art. 10 da Lei nº 10.501, de 17 de outubro de 1991, alterada pela Lei nº 13.469, de 17 de janeiro de 2000, e do art. 5º do Decreto nº 43.613, de 25 de setembro de 2003, alterado pelo art. 8º do Decreto nº 46.961, de 1º de março de 2016, a representante abaixo relacionada como membro junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, a contar de 01/07/2024: Associação Pingo de Luz Titular CARLA VALÉRIA SOARES VITA.

nomeia, usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos do art. 10 da Lei nº 10.501, de 17 de outubro de 1991, alterada pela Lei nº 13.469, de 17 de janeiro de 2000, e do art. 5º do Decreto nº 43.613, de 25 de setembro de 2003, alterado pelo art. 8º do Decreto nº 46.961, de 1º de março de 2016, os representantes abaixo relacionados como membros junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA: Pelas Entidades não Governamentais da Sociedade Civil: Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais (ASPPA) ADAIR GONÇALVES DE SOUZA, em substituição a EDUARDO ABNER PEREIRA DE OLIVEIRA, Titular Casa de Artes e Inclusão Social (CAIS) ELIAS OLIVEIRA SOARES, em substituição a REGINALDO RODRIGUES MIRANDA, Titular.

Pelo Conselho Estadual de Direitos Difusos

nomeia, usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos da Lei nº 14.086, de 6 de dezembro de 2001, e do Decreto nº 48.251, de 9 de agosto de 2021, o representante abaixo relacionado como membro junto ao Conselho Estadual de Direitos Difusos - CEDIF: Pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT: ADRIANO MAXIMIANO DA SILVA, em substituição a DÉBORA RAIZA CAROLINA ROCHA, Suplente.

Pelo Conselho Estadual da Juventude

exonera, usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, nos termos do Decreto nº 48.354, de 21 de janeiro de 2022, a representante abaixo relacionada como membro junto ao Conselho Estadual da Juventude - CEJUVE, a contar de 01/07/2024: Pela Sociedade Civil: Diretorio Central dos Estudantes Gonzalo de Freitas da PUC Minas Titular: SUZANA LISSA ROSA SILVA.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **revoga** o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, a **INGRID DO AMARAL GONÇALVES MOREIRA**, MASP 753100-7, a gratificação temporária estratégica GTED-2 FA1101039 da Secretaria de Estado de Fazenda, a contar de 8/8/2024.

usando da competência delegada pelo Decreto nº 48.415, de 10 de maio de 2022, **exonera**, a pedido, nos termos do art. 106, alínea "a", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, **INGRID DO AMARAL GONÇALVES MOREIRA**, MASP 753100-7, do cargo de provimento em comissão DAD-4 FA1101337 da Secretaria de Estado de Fazenda, a contar de 8/8/2024.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

no uso de suas atribuições, **designa BRUNO ZUFFO JANDUCCI**, MASP 1151907-1, titular do cargo de provimento em comissão DAD-6 MD1100443, para responder pela Superintendência de Fiscalização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 28/08/2024 a 01/10/2024.

no uso de suas atribuições, **designa RENATO ALVES PEREIRA**, MASP 1366993-2, titular do cargo de provimento em comissão DAD-10 MD1100141, para responder pela Subsecretaria de Tecnologia, Administração e Finanças da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 12/08/2024 a 14/08/2024.

Pela Fundação Estadual do Meio Ambiente

no uso de suas atribuições, **designa VITOR REIS SALUM TAVARES**, MASP 1401816-2, titular do cargo de provimento em comissão DAI-37 MA1100055, para responder pela Diretoria de Apoio à Regularização Ambiental da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no período de 12/08/2024 a 14/08/2024.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Pela Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

retifica o ato de Disposição de **CLARICE MARIA DOS ANJOS FONSECA**, da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, publicado em 09/07/2024; **onde se lê** “de 06/07/2024 à 31/12/2024”, **leia-se** “de 08/07/2024 à 31/12/2024”.

08 1976849 - 1

Controladoria-Geral do Estado

Controlador-Geral: Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

Expediente

CORREGEDORIA-GERAL
PORTARIA/COGE Nº 45/2024

O Corregedor-Geral, no uso da competência estabelecida no artigo 35 do Decreto Estadual nº 48.687, de 13 de setembro de 2023, e com base no artigo 219 da Lei Estadual nº 869, de 05 de julho de 1952, tendo em vista os motivos apresentados pela Sra. Secretária da Comissão Processante, RESOLVE:

Art. 1º Reconstituir a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria/COGE Nº 9/2023, publicada no Diário do Executivo de 25 de outubro de 2023, para concluir os respectivos trabalhos no prazo de 60 dias a contar da publicação da presente portaria.

PORTARIA/COGE Nº 46/2024

O Corregedor-Geral, no uso da competência estabelecida no artigo 35 do Decreto Estadual nº 48.687, de 13 de setembro de 2023, e com base no artigo 219 da Lei Estadual nº 869, de 05 de julho de 1952, tendo em vista os motivos apresentados pela Sra. Secretária da Comissão Processante, RESOLVE:

Art. 1º Reconstituir a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria/COGE Nº 6/2024, publicada no Diário do Executivo de 21 de maio de 2024, para concluir os respectivos trabalhos no prazo de 60 dias a contar da publicação da presente portaria.

PORTARIA/COGE Nº 47/2024

O Corregedor-Geral, no uso da competência estabelecida no artigo 35 do Decreto Estadual nº 48.687, de 13 de setembro de 2023, e com base no artigo 219 da Lei Estadual nº 869, de 05 de julho de 1952, tendo em vista os motivos apresentados pela Sra. Secretária da Comissão Processante, RESOLVE:

Art. 1º Reconstituir a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria/COGE Nº 7/2023, publicada no Diário do Executivo de 25 de agosto de 2023, para concluir os respectivos trabalhos no prazo de 60 dias a contar da publicação da presente portaria.

PORTARIA/COGE Nº 48/2024

O Corregedor-Geral, no uso da competência estabelecida no artigo 35 do Decreto Estadual nº 48.687, de 13 de setembro de 2023, e com base no artigo 219 da Lei Estadual nº 869, de 05 de julho de 1952, tendo em vista os motivos apresentados pelo Sr. Presidente da Comissão Processante, RESOLVE:

Art. 1º Reconstituir a Comissão dos Processos Administrativos Disciplinarem instaurados pelas Portarias relacionadas no quadro a seguir, para conclusão dos respectivos trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da presente portaria.

Portaria/COGE nº	Extrato publicado no Diário do Executivo de
2/2021	27 de janeiro de 2021
3/2022	13 de maio de 2022
6/2023	12 de agosto de 2023

Corregedoria-Geral, Belo Horizonte, 08 de agosto de 2024
Vanderlei Daniel da Silva
Corregedor-Geral

08 1976839 - 1

DESPACHOS

O Controlador-Geral do Estado, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 47.995, de 20 de maio de 2020, considerando o que consta do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/SEE nº 125/2023 (Processo SEI nº 1260.01.0162192/2023-51), com extrato publicado no Diário Oficial de 29 de novembro de 2022, bem como no Parecer Núcleo Técnico COGE /COGE nº 146/2024, DEMITE A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor Crispim Nogueira, Masp 1.104.368-4, ocupante de dois cargos efetivos de Professor de Educação Básica, admissões 3 e 4, Superintendência Regional de Ensino Nova Era, da Secretaria de Estado de Educação nos termos do art.244, inciso VI, da Lei 869/1952, por infringência ao art.172, incisos VII e VIII, art.173, incisos I, II e IV, da Lei Estadual nº 7.109/1977, por violar os deveres funcionais previstos no art.216, incisos III, V e VI, da Lei Estadual nº 869/1952, e pela prática do ilícito disciplinar previsto no art.250, inciso I, da Lei Estadual nº 869/1952.

Nos termos do art. 272, §2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do servidor público acima qualificado que exerceu sua própria defesa nos termos a Súmula Vinculante nº 5 do STF.

Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184 de 31/1/2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias.

O Controlador-Geral do Estado, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 47.995, de 20 de maio de 2020, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar Nº 01/2024, instaurado pela Portaria nº 263 – REITOR/2024 da Unimontes, com extrato publicado no Diário Oficial em 26/01/2024, que tramita por meio do Processo SEI nº 2310.01.0001566/2024-69, considerando ainda o Parecer/Núcleo Técnico COGE nº 147/2024, aplica a CONVERSÃO DO ATO DE DESLIGAMENTO em penalidade de DEMISSÃO ao servidor Paulo Roberto Barreto Caetano, Masp 1442513-6, admissão 2, ocupante de cargo de Professor de Educação Superior, lotado no Departamento de Comunicação e Letras da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, nos termos do artigo 244, inciso V, da Lei Estadual nº 869/52, em decorrência de infração ao artigo 249, inciso II, da Lei Estadual nº 869/1952.

Nos termos do art. 272, §2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do servidor acima qualificado, e seus advogados Dr. Enio Luiz De Carvalho Biaggi, OAB/MG 139.524 e Dr. Guilherme Dos Santos Pontes, OAB/MG 138.124.

Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184 de 31/1/2002, o servidor terá o prazo de 10 (dez) dias para, se tiver interesse, apresentar pedido de reconsideração.

O Controlador-Geral do Estado, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 47.995, de 20 de maio de 2020, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria Nº 119.112/21 - PAD/CTPM, com extrato publicado no Diário Oficial em 13/04/2022, que tramita por meio do Processo SEI nº 1250.01.0011378/2024-28, considerando ainda o Parecer/Núcleo Técnico COGE nº 145/2024, aplica a penalidade de DEMISSÃO ao servidor Pablo Nelson Lacerda, Masp 169.175-7, ocupante do cargo de Professor de Educação Básica, lotado no Colégio Tiradentes - CTPM, nos termos do artigo 244, inciso V, da Lei Estadual nº 869/52, em decorrência de infração ao artigo 249, inciso II, da Lei Estadual nº 869/1952.

Nos termos do art. 272, §2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do servidor acima qualificado, e seus defensores Dr. Hamilton Gomes Pereira, OAB/MG 82.331, e Dra. Amanda Del Bisogno Moreno Salles, OAB/MG 223.025.

Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184 de 31/1/2002, o servidor terá o prazo de 10 (dez) dias para, se tiver interesse, apresentar pedido de reconsideração.

O Controlador-Geral do Estado, no uso de sua atribuição e tendo em vista a Nota Jurídica nº 157/2024, que analisou o Pedido de Reconsideração interposto por Mariana Souza Bodelão, Masp 1360286-7, referente ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Ordem de Serviço nº 01/2020 (FHEMIG), publicada em 23/01/2020. DECIDE: Conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado, e no mérito, pelo seu indeferimento, mantendo-se a penalidade de demissão aplicada pelo Sr. Controlador-Geral do Estado, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 09 de julho de 2024.

Nos termos do art. 272, §2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da servidora acima qualificada, e seu advogado Dr. Luiz Henrique Coppoli Barros OAB/MG 112.999.

Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184 de 31/1/2002 c/c art. 3º, II, do decreto nº 47.995, de 29 de junho de 2020, o servidor terá o prazo de 10 (dez) dias para, se tiver interesse, apresentar recurso administrativo ao Exmo. Senhor Governador do Estado.

O Controlador-Geral do Estado, no uso de sua atribuição e tendo em vista a Nota Jurídica nº 156/2024, que analisou o Pedido de Reconsideração interposto por Paulino Antônio dos Santos. MASP nº 1175658-2, referente ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Portaria ISPEMG nº 45/2023. DECIDE:

Conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado, e no mérito, pelo seu indeferimento, mantendo-se a penalidade de demissão aplicada pelo Sr. Controlador-Geral do Estado, publicada em 17/07/2024.

Nos termos do art. 272, §2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do servidor acima qualificado e de seu advogado, Dr. Roberth L. Lacerda Franco OAB/MG 207.068.

Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184 de 31/1/2002 c/c art. 3º, II, do decreto nº 47.995, de 29 de junho de 2020, o servidor terá o prazo de 10 (dez) dias para, se tiver interesse, apresentar recurso administrativo ao Exmo. Senhor Governador do Estado.

Controladoria-Geral do Estado, Belo Horizonte, 07 de agosto de 2024

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

Controlador-Geral do Estado

08 1976812 - 1

Polícia Militar de Minas Gerais

Comandante-Geral : Cel PM Rodrigo Piassi do Nascimento

Expediente

COMANDO GERAL

DISPENSA E DESIGNAÇÃO DE DIRETOR PEDAGÓGICO O CORONEL PM COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de sua competência prevista no art. 6º, do R-100, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15abr77; no art. 12-A, da Lei nº 18.975, de 29jun10; no art. 8º, da Lei nº 20.010, de 05jan12, e considerando o previsto na Resolução nº 4.396, de 06mai15,

Resolve: DISPENSAR, em 31jul24, do cargo de Diretor Pedagógico do CTPM/Passos, o nº 147551-6, EEB, Paulina Freire Lemos. DESIGNAR, a partir de 01ago24, até 31jul26, para o cargo de Diretor Pedagógico, D-III, do CTPM/Passos, o nº 159462-1, PEB, Lidiane Aparecida Ferreira Silva.

RODRIGO PIASSI DO NASCIMENTO

CEL PM Comandante Geral

DISPENSA E DESIGNAÇÃO DE VICE-DIRETOR PEDAGÓGICO O CORONEL PM COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de sua competência prevista no art. 6º, do R-100, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15abr77; no art. 8º-E, da Lei nº 15.301, de 10ago04; no art. 8º, da Lei nº 20.010, de 05jan12, e considerando o previsto na Resolução nº 4.396, de 06mai15,

Resolve: DISPENSAR, em 31jul24, da função de Vice-diretor Pedagógico do CTPM/Passos, o nº 124247-8, EEB, Janaina Aparecida Brasileiro Oliveira.

DISPENSAR, em 31jul24, da função de Vice-diretor Pedagógico do CTPM/Passos, o nº 155458-3, PEB, Wanda Iveny Soares Cândido de Lima.

DESIGNAR, a partir de 01ago24, até 31jul26, para a função de Vice-diretor Pedagógico do CTPM/Passos, o nº 161329-8, PEB, Elisa de Fátima Oliveira Silva Melo.

DESIGNAR, a partir de 01ago24, até 31jul26, para a função de Vice-diretor Pedagógico do CTPM/Passos, o nº 183722-8, PEB, Leonardo Rodrigues Martins.

RODRIGO PIASSI DO NASCIMENTO

CEL PM Comandante Geral

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR

DESPACHO EM REQUERIMENTO Nº 337/24-DEE 1

O CORONEL PM DIRETOR DE EDUCAÇÃO ESCOLAR, no uso de suas atribuições previstas no art. 8º do R-125, aprovado pela Resolução nº 4.209, de 16abr12, e considerando os termos do inciso II, do art. 35, da Lei Delegada nº 182, de 21jan11,

Deferer: A OPÇÃO REMUNERATÓRIA pelo recebimento dos proventos dos dois cargos efetivos, acrescido de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo em comissão de Diretor Pedagógico, do nº 159462-1, PEB, Lidiane Aparecida Ferreira Silva, do CTPM/Passos, a partir de 01ago24.

SANDRO VIEIRA CORRÊA

CEL PM Diretor de Educação Escolar

08 1976365 - 1

ATO DO COMANDANTE – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do art. 31, §4º da Constituição do Estado de 1989, com redação dada pelo art. 3º da Emenda à Constituição 57, de 15/07/2023, para serem utilizados oportunamente, ao servidor civil n. 168225-1, CAMILA DE MATOS MIRANDA DUTRA, EEBIC, referentes ao 1º lustru, a partir de 20/02/2021.

Vespasiano, 08 de agosto de 2024

Antônio Coelho Fernandes

Comandante do CTPM Vespasiano

08 1976337 - 1

FÉRIAS PRÊMIO – CONCESSÃO

ATO DO CHEFE DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS - CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos do art. 31, §4º da Constituição do Estado de 1989, com redação dada pelo art. 3º da Emenda à Constituição 57, de 15/07/2023, para serem utilizados oportunamente, a servidora civil n. 165.505-9 ANA CAROLINA HOLLERBACH FERREIRA, ASPM-3A, referente ao 2º lustru, a partir de 01/05/2024.

NEYTON RODRIGUES, CEL

Chefia da Diretoria de Recursos Humanos

08 1976349 - 1

ATOS DO COMANDANTE DO 21º BPM – CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do art. 31, §4º da Constituição do Estado de 1989, com redação dada pelo art. 3º da Emenda à Constituição 57, de 15/07/2003, para serem utilizados oportunamente, a servidora civil n. 165.2064, Adriane Aurélio Ribeiro Moraes, ASPM-2 E, referentes ao 1º lustru, retroativo a 05/05/2019, para fins de acerto da situação funcional da funcionária.

08 1976530 - 1

O COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR, UNIDADE PASSOS – TORNA SEM EFEITO O AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos da Resolução n. 4049, de 02/10/2009, e da Resolução n. 5097, de 30/06/2021 ao n. 159.462-1- PEBPM-IID, LIDIANE APARECIDA FERREIRA SILVA, referente ao 1º lustru, a partir de 07/08/2024, por absoluta necessidade do serviço.

08 1976465 - 1

O COMANDANTE DO COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR, UNIDADE PASSOS – TORNA SEM EFEITO O AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos da Resolução n. 4049, de 02/10/2009, e da Resolução n. 5097, de 30/06/2021, ao n. 161.329-8- PEBPM-IC, ELISA DE FATIMA OLIVEIRA SILVA MELO, referente ao 1º lustru, a partir de 21/10/2024, por necessidade do serviço.

08 1976469 - 1

DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 01206/24 - SRH/CTPM/

RMBH - PUBLICAÇÃO PARA ACERTO DE ESCRITA

O TENENTE-CORONEL PM DIRETOR ADMINISTRATIVO DOS COLÉGIOS TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS - BH E RMBH, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34, inciso XI do R-100, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15 de abril de 1977, c/c o § 5º do art. 10 da Lei nº 10.254, de 24 de julho de 1990, e: 1. CONSIDERANDO QUE: 1.1 após auditoria do Sistema Informatizado de Recursos Humanos (SIRH) da PMMG e da pasta funcional do auxiliar administrativo da PMMG, AAPM-1A, Rogério Nazareth, nº PM 155802 - 2, para fins de confecção da Certidão de Inteiro Teor (CIT) e encerramento da pasta funcional, verificou-se uma inconsistência entre as informações de ambos, no que se refere a publicação de Dispensa de Função; 1.2 no SIRH consta lançamento de Dispensa de Função cuja publicação não foi encontrada na pasta funcional, tampouco em publicações oficiais; 1.3 as informações do SIRH devem estar em consonância com as informações da Certidão de Inteiro Teor (CIT) para a conclusão do processo de encerramento da pasta funcional; 1.4conforme extrato do P AU/SIRH, o lançamento foi procedido à época pelo nº 175992 - 7, AAPM-1A Gisa Pereira Dos Santos e considera-se a presunção de legitimidade/veracidade atribuída aos atos praticados pela Administração Pública, conforme parecer jurídico de Protocolo: 202301063215303-2301 de 10Jan23 – AJ/CTPM, quanto ao seu lançamento no SIRH. 2. RESOLVE: 2.1 publicar em Boletim Interno a Dispensa de Função na data de 19 de junho de 2018; 2.2 publicar no Jornal MG a Dispensa de Função; 2.3 encaminhar à Seção de Recursos Humanos do CTPM para que tome as providências cabíveis; 2.4 arquivar este documento na pasta funcional do servidor.

Belo Horizonte, 07/08/2024.

FREDERICO ROBERTO PRADO

TENENTE CORONEL PM DIRETOR

ADMINISTRATIVO CTPM/BH/RMBH